

As influências da Política Nacional de Cultura na criação do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba no final dos anos 70¹

Fabricia Cabral de Lira Jordão²
Universidade de São Paulo (ECA-USP)

Resumo: este artigo demonstra a influência da Política Nacional de Cultura na criação do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba em 1978. Também evidencia a importância das universidades federais, num momento em que o país se prepara para a abertura política, na implementação das políticas públicas de cultura durante o governo militar de Ernesto Geisel.

Palavras-chave: NAC/UFPB, Política Nacional de Cultura, FUNARTE, Universidade Federal da Paraíba.

Resumen: el artículo demuestra la influencia de la Política Nacional de Cultura en la creación del Centro de Arte Contemporáneo de la Universidad Federal de Paraíba en 1978. También destaca la importancia de las universidades federales en un momento en el país se prepara para la apertura política, para la aplicación de las políticas públicas de cultura durante el gobierno militar de Ernesto Geisel.

Palabras-clave: NAC/UFPB, Política Nacional de Cultura, FUNARTE, Universidad Federal de Paraíba.

Abstract: this article demonstrate the influence of the National Policy of Culture in the creation of the Center for Contemporary Art at the Federal University of Paraíba in 1978. It also highlights the importance of federal universities on implementation of public policies on culture during the military government of Ernesto Geisel.

Key words: NAC/UFPB, National Policy of Culture, FUNARTE, Federal University of Paraíba.

Introdução

O Núcleo de Arte Contemporânea foi fundado pela Universidade Federal da Paraíba a partir de convênio estabelecido com a Fundação Nacional de Arte no final da década de 1970. Podemos inserir sua criação num processo maior de transformações que vinha ocorrendo em diversos setores no Brasil durante a gestão do governo Geisel em decorrência do processo de abertura política do país após 14 anos de ditadura militar e num

¹ Este texto é um excerto do estudo "O Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba: considerações iniciais" que em novembro de 2010 foi premiado na primeira edição do prêmio "Estudos e Pesquisas sobre arte e economia da arte no Brasil" do Programa Brasil Arte Contemporânea da Fundação Bienal de São Paulo.

² Atualmente, como aluna de pós-graduação da ECA-USP, desenvolve pesquisa em torno da atuação do NAC/UFPB no período de 1978 a 1985. Paralelo às atividades acadêmicas, desenvolve trabalhos relacionados com a formação continuada de professores de artes visuais, coordenação em projetos educativos, elaboração de materiais didáticos e produção de projetos culturais. Possui artigos publicados em revistas e anais de eventos da área de Artes Visuais

contexto em que a Cultura, de um modo geral, passou a representar um campo estratégico para o governo militar, que desenvolve uma política específica para esse setor, a Política Nacional de Cultura, e cria, dentre outros órgãos, a Funarte.

Portanto, para compreendermos a criação do NAC devemos realizar uma reflexão de ordem ontológica que nos remeta ao momento de sua fundação e ao contexto histórico e político do qual emerge. Para tanto, é de fundamental importância refletir sobre as questões que motivaram a criação de uma instituição dessa natureza pela Universidade Federal da Paraíba na cidade de João Pessoa em 1978, bem como refletir sobre possíveis causas para o sistemático declínio de suas atividades a partir de 1982.

Nesse sentido, defende-se que o NAC/UFPB foi criado para atender uma demanda do governo militar, uma vez que sua criação estava em completa consonância com as orientações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura para as Universidades brasileiras, sendo inclusive subsidiado financeiramente por um órgão federal, a Funarte.

Política Nacional de Cultura, FUNARTE e a Universidade Federal da Paraíba

Embora a questão da cultura estivesse presente nos discursos e pronunciamentos oficiais desde meados da década de 1930³, foi apenas no governo de Ernesto Geisel (1974-1978) que passou a ocupar um lugar de destaque entre as ações governamentais (MICELI, 1984). Em meados da década de 1970, através do ministério da Educação e Cultura (MEC) – a cargo do então ministro Ney Braga – foi desenvolvida uma política específica para a área cultural: a Política Nacional de Cultura (PNC).

O lançamento da PNC representou a primeira ação sistemática para a criação de uma política cultural que legitima a intervenção estatal nessa área. Nessa direção o documento contendo as diretrizes da PNC deixa claro que o Estado, através de sua política de cultura, apenas “responde a uma exigência prevista na constituição⁴” e com isso além de fornecer ao governo “instrumentos de controle e promoção dos organismos culturais” (SILVA, 2001, p. 109), procura adequar a ação cultural aos objetivos políticos do regime militar, que buscava “promover uma reorganização da sociedade baseada na construção de um consenso em torno de valores e visões de mundo compatíveis com os ideais do regime” (SILVA, 2001, p. 12).

³ Em 1938, durante o Governo Vargas foi lançado o Conselho Nacional de Cultura – CNC. No entanto, este conselho limitou-se a um tímido papel supletivo, não correspondendo na prática, inclusive em suas instalações físicas, a sua ambiciosa denominação. Para questão da política cultural no Estado Novo ver Skidmore, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴ Constituição Federal de 1969 (outorgada em 17/10/69): Artigo 180, Artigo 39 do Decreto Lei nº 200 de 25/02/1967 e Decreto Lei nº74 de 21/11/1966.

Nesse contexto, a intervenção do Estado no setor cultural, tinha “um caráter pedagógico: visava educar o povo” (SILVA, 2001, p. 133) através da promoção de um consenso em torno dos valores e ideais propostos pelo regime. Conseqüentemente, nesse processo, os órgãos educacionais, sobretudo as universidades, como um dos principais agentes na formação da intelectualidade de esquerda, tinham um papel fundamental. Desse modo, a fim de viabilizar a execução de tal objetivo, foi estabelecido um sistema de cooperação entre as Universidades e os demais órgãos e instituições que compunham o MEC⁵, assim como outros ministérios, órgãos e instituições federais. Essa ação integradora, segundo Sérgio Miceli, foi

a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidades de colaboração entre órgãos federais e de outros ministérios [...], com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas (MICELI, 1984, p. 54).

Nesse sistema de cooperação cabia às Universidades, promover estudos e pesquisas para levantamento de acervos e documentações artísticas; construir centros de documentação iconográfica e de reprografia dos acervos e manifestações culturais de suas áreas; criar cursos e núcleos de extensão nas diversas áreas da cultura; promover cursos de formação universitária especializada para a profissionalização de produtores e equipes técnicas (BRASIL, 1975, p. 40-42).

No caso da UFPB foram criados o Núcleo de Arte Contemporânea, o Núcleo de Produção e Pesquisa da Cultura Popular, o Núcleo de Teatro Universitário e o Núcleo de Documentação Cinematográfica. Desse modo, podemos perceber como a criação do Núcleo de Arte Contemporânea estava em completa consonância com as orientações do MEC e da Política Nacional de Cultura para as universidades.

Para viabilizar o estabelecimento desses núcleos voltados para arte e cultura nas universidades federais, entra em cena um importante agente: a Fundação Nacional de Arte. Criada em dezembro de 1975, a Funarte seria o “instrumento da política cultural da gestão Ney Braga” (SILVA, 2001, p. 110). Como braço executivo da Política Nacional de Cultura, deveria atuar em duas frentes: na viabilização de projetos próprios e dos projetos culturais e artísticos vindos de todo país (BOTELHO, 2000, p. 71). Deste modo deveria, simultaneamente, democratizar o acesso a cultura e ampliar o raio de atuação e influência do Estado nas diversas regiões do país através de parcerias com órgãos públicos, instituições municipais, estaduais e federais (BOTELHO, 2000).

⁵ Até 1953 tínhamos o Ministério da Educação e Saúde. Com a autonomia dada à área da Saúde, surge em 1953 o Ministério da Educação e Cultura que assim permanece até 1985, quando se desvincula da Educação e passa a compor um Ministério independente.

A forma encontrada pela Funarte para organizar a relação com as universidades foi o “Projeto Universidade”, que segundo Botelho

trabalhava basicamente com a área de extensão cultural das universidades, com o objetivo de auxiliá-las a se tornarem pólos irradiadores de cultura para a comunidade, através da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente (BOTELHO, 2000, p.139-140).

O PU foi uma tentativa da Funarte de assumir o gerenciamento de uma linha de apoio a projetos integrados, atendendo a uma demanda que envolvia mais de uma forma de manifestação artística. Foi através desse projeto que o NAC/UFPB foi viabilizado e que a Funarte financiou programas de incentivo e preservação às manifestações artísticas propostos por universidades em todo país, principalmente em áreas distantes do raio de ação do governo como Nordeste, Centro-Oeste e Norte⁶. (BOTELHO, 2000).

Com relação à parceria UFPB/Funarte, Lynaldo Albuquerque, reitor da UFPB na ocasião, aponta

A Funarte, na ausência do Ministério da Cultura, era a instituição que planejava e executava as ações culturais do Governo Federal, coordenando, inclusive, institutos importantes como o do Folclore, Música e Artes Plásticas. As universidades eram identificadas pela Funarte como parceiras naturais dessas ações nos Estados. A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, como as das fundações culturais, completavam o quadro de parceiros da Funarte. A UFPB, com sede e vontade de fazer, encontrou nos dirigentes da Funarte uma boa receptividade para seus projetos, principalmente contou o com o apoio do Dr. Roberto Parreira, Presidente do Órgão, e do professor Bráulio Nascimento, paraibano dirigindo o Instituto Nacional de Folclore [...] (ALBUQUERQUE, 2010).

Quando perguntado se as políticas e orientações do MEC/PNC influenciaram sua decisão de criar núcleos de extensão voltados para a área cultural na UFPB, Lynaldo Cavalcanti afirma:

Quanto as ações, sim; quanto ao modelo institucional, não. O MEC estava empenhado em desenvolver melhor seu papel no braço cultural [...], privilegiou as universidades com elos de pesquisa e ensino na área cultural. Isso, evidentemente, que influenciou o Reitorado a adotar uma política mais aguerrida na área cultural, valorizando a pesquisa, a promoção dos produtores e dos produtos, bem como evidenciando a cultura popular com a cara nordestina que ela, aqui, naturalmente tinha (ALBUQUERQUE, 2010).

É justamente no modelo institucional que reside todo o diferencial do NAC/UFPB. Modelo esse que foi favorecido tanto por uma conjuntura macro política – com o afrouxamento da repressão, o subsídio financeiro da Funarte, o fato das artes plásticas não

⁶ Conforme Botelho (2000, p. 168) um dos maiores desafios da Funarte era incorporar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste definidas como prioritárias pelo MEC, já que “conseguir aumentar a presença de projetos das regiões mais carentes significa, aqui, ampliar a presença nacional da Funarte para além de critérios geográficos, dando-lhe uma dimensão sócio-cultural”.

ter a mesma popularidade da música ou do teatro e conseqüentemente não estar no foco dos agentes da repressão – como pelos interesses pessoais do então reitor Lynaldo Albuquerque e pelas presenças do crítico de arte Paulo Sérgio Duarte e do artista Antonio Dias.

Nessa direção, se por um lado o NAC/UFPB surge a partir de uma demanda do governo militar, por outro a presença de Lynaldo a frente do reitorado da UFPB apresenta uma série de questões importantes e decisivas para o surgimento e o modelo institucional adotado pelo NAC/UFPB.

Nesse sentido, é importante destacar que Cavalcanti havia passado os quatro anos que antecederam o seu reitorado trabalhando como diretor adjunto do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), no MEC, onde coordenou a implantação do Programa de Nacional de Pós-Graduação (PNPG) – sendo, inclusive, a rede de relacionamentos constituída nesse período que lhe garantiram a indicação para concorrer e ocupar o cargo de Reitor na Universidade Federal da Paraíba (MUNIZ, 2008) – portanto, é provável que ele além de conhecer bem a função que cabia às universidades na política cultural do governo Geisel, também gozasse de certo poder de influência, como percebemos no depoimento que Cavalcanti concedeu a Muniz

[...] Eu consultei minha família e havia muito interesse...e então eu fui nomeado reitor da Universidade da Paraíba e deixei o Ministério da Educação em dezembro de 75, tendo sido nomeado reitor um pouco antes! [...] Como reitor eu tinha toda uma experiência, conexões e relacionamentos que eu tinha no próprio MEC, no planejamento, um pouco no CNPq com alguns diretores, principalmente com Ferrari, Amilcar Ferrari, [...] que era vice presidente do CNPq na gestão do Geisel. Então ... muitos reitores foram a minha posse porque eu era vice-presidente do Conselho de Reitores e, na época, ser do Conselho de Reitores era muito mais importante do que é hoje (ALBUQUERQUE, 2007, p. 143).

Desse modo, Lynaldo, ciente de sua influência, inclusive com o ministro Ney Braga, e conhecendo bem as diretrizes da PNC, pode dinamizar sua gestão a frente da UFPB.

[...] E, ao longo do ano minha gestão já estava bastante conhecida, porque a Veja já tinha feito uma matéria sobre a minha gestão, e eu tinha recrutado muitas pessoas de fora, até pessoas que eu trouxe de volta do exterior, já estávamos em 79. De 76 a 80 a abertura foi andando e inclusive em 79 foi a Lei da Anistia e eu trouxe muita gente que tava na Europa estudando, porque tinham saído do Brasil, uns por razões políticas outros não. Então, eu fui trazendo para lá, além de trazer muitos estrangeiros: indianos, argentinos [...] O fato é que minha gestão chamou a atenção. Muita gente do Rio, de São Paulo, de Brasília foi para lá e fizemos muitos cursos. A pós-graduação expandiu, a interiorização que eu fiz – e que o Lula só está fazendo hoje, uma decisão do presidente da República, e naquele tempo foi uma decisão minha apoiada na amizade que eu tinha com o ministro Ney Braga [...] Então minha gestão ganhou certa repercussão e acredito que aquele grupo do Exército continuou na esperança de uma hora emplacar

numa outra função no governo, de preferência nessa área de ciência e tecnologia porque era o meu campo (ALBUQUERQUE, 2007, p. 144)

Aqui mais uma vez fica evidenciada a articulação de Albuquerque no MEC, com os militares e com o ministro Ney Braga – sendo o apoio de Braga fundamental para o desenvolvimento e implantação de importantes projetos na UFPB, dentre os quais o NAC/UFPB – bem como o conhecimento das diretrizes da PNC, o que reforça a hipótese proposta neste artigo.

Outro dado importante é que Albuquerque estava sendo cotado pela Escola Superior de Guerra como possível indicação para ocupar o Ministério da Educação e Cultura⁷, como afirma Lynaldo

Naquele tempo a comitiva da Escola Superior de Guerra fazia viagens e esteve lá na Paraíba. [...] E eles acharam que eu era um candidato bastante plausível e que poderiam levar junto ao governo que ia assumir, que era do Figueiredo. Então, no final de 78 e começo de 79 estive várias vezes sendo lembrado e sendo até citado em colunas de jornais, em notícias, como sendo a possível solução técnica para o Ministério da Educação [...] Depois de ter sido Secretário de Ensino Superior adjunto e ter tido uma atuação muito forte, porque havia muitos programas, muitos recursos, houve uma época áurea, né?! O governo Geisel foi uma época áurea e eu fui justamente Secretário de Ensino Superior dois anos com o Médici e dois anos com o Geisel e foi quando nós lançamos o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação, que inclusive, eu que coordenei a elaboração [...] Depois eu fui chamado ao Rio, por esse grupo da ESG, para conversar com eles e estavam me comunicando que estavam trabalhando para que eu fosse o Ministro da Educação [...] (ALBUQUERQUE, 2007, p. 143).

Diante desse quadro era de suma importância o desenvolvimento na UFPB de ações e projetos, nas mais diversas áreas, com caráter inovador – e que ao mesmo tempo atendesse os objetivos do governo – para dar visibilidade e projeção nacional ao reitorado do possível ministro da Educação e Cultura.

Estrategista nato e conhecedor profundo do funcionamento de órgãos públicos provavelmente Cavalcanti sabia que teria de obter nos setores voltados para a área cultural o mesmo avanço, reconhecimento e projeção nacional que havia estabelecido nas áreas científicas e tecnológicas da UFPB. Nessa direção, certamente Cavalcanti sabia que para conseguir a projeção nacional de um núcleo de extensão voltado para as “artes plásticas”, este não poderia ser gerido ou concebido por funcionários públicos distantes do universo artístico, ao contrário deveria contar com ‘líderes’ adequados. Desse modo, para o sucesso do projeto seria fundamental a presença de pessoas ligadas diretamente ao meio artístico.

⁷ Pouco tempo antes da posse de Cavalcanti ocorreu um problema com a indicação de Antonio Carlos Magalhães para o Ministério da Saúde e como alternativa Antonio Carlos Magalhães indicou Eduardo Portela para o ministério da Educação e Cultura, que assumiu o cargo no lugar de Lynaldo Cavalcanti.

Para tanto foram convidados o crítico de arte Paulo Sérgio Duarte e o artista Antonio Dias⁸.

Nesse sentido explica Lynaldo:

A sugestão de convidarmos Paulo Sérgio Duarte [...] foi dos professores Raul Córdula e Francisco (Chico) Pereira. Paulo Sérgio [...] reunia as condições para a elaboração do Projeto do Núcleo (NAC) e detinha condições importantes para assegurar os contatos necessários ao funcionamento exitoso do NAC. De início Paulo Sérgio recomendou - e foi acatado - convidarmos o artista plástico Antônio Dias, então residente na Alemanha e em férias no Brasil, para formar a equipe de implantação. [...] As presenças de Antônio Dias e Paulo Sérgio, coordenados e apoiados pela PRAC, garantiram que o Núcleo se estruturasse para desempenhar importante papel na continuação das coordenações de Raul Córdula e Chico Pereira (ALBUQUERQUE, 2010).

Definido os responsáveis pela concepção do projeto, o NAC/UFPB foi criado no final de 1978. Nesse mesmo ano temos, no âmbito institucional, dois importantes acontecimentos: o incêndio no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (que fica fechado de 1978 até 1982) e a saída de Walter Zanini do Museu de Arte Contemporânea da USP. Nesse sentido, Antonio Dias afirma “o MAM do Rio havia incendiado, não havia um lugar, digamos, experimental. Paulo Sérgio Duarte e eu começamos a trabalhar para criar o Núcleo de Arte Contemporânea na UFPB” (DIAS, 2010, p. 29). Diante desse contexto, com os recursos vindos da Funarte, com o apoio do Reitor da UFPB e com uma equipe⁹ consistente percebemos o surgimento de um novo espaço para a arte contemporânea e para o experimentalismo numa região que tradicionalmente permanecia à margem do eixo Rio - São Paulo e que naquele momento de transições institucionais e política oferecia aos artistas toda uma infra-estrutura para o desenvolvimento de propostas e pesquisas artísticas.

Em sua sede, a partir de 1979, o Núcleo possuía suítes para artistas convidados (quando ainda não se falava de residências artísticas); ateliê de litografia (único existente no Nordeste); ateliês para práticas artísticas diversas; sala para cursos, palestras e conferências; uma pequena biblioteca e a partir de um laboratório completo desenvolveu “todo um programa de apoio à fotografia, desde o estágio de produção em laboratório até a apresentação final ao público” (PONTUAL, 1980).

Agora com a estrutura que a nova sede oferecia – e com o apoio e interesse do Reitor Lynaldo Cavalcanti em promover as ações do Núcleo e conseqüentemente dar visibilidade ao seu reitorado – era de suma importância que a inauguração contasse com

⁸ Antonio Dias permanece no NAC/UFPB por cerca de seis meses e Paulo Sérgio Duarte cerca de um ano. Ver CORDULA, Raul. A experiência renovadora do NAC no campo da extensão universitária. In: Gomes, Dyógenes Chaves. Núcleo de Arte Contemporânea da Paraíba – NAC, Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004. p. 13 a 20. [p. 18-19].

⁹ A equipe principal do NAC foi constituída por Antonio Dias, Francisco Pereira Júnior, Paulo Sérgio Duarte, Raul Córdula (Coordenador) e Sílvino Espínola (Vice-Coodenador).

uma mostra de impacto e com a presença de pessoas estratégicas para divulgação do Núcleo e do reitorado da UFPB nos centros hegemônicos. Nesse sentido, em 13 de fevereiro de 1979 o NAC/UFPB foi inaugurado com uma exposição de Antonio Dias que contou “com a presença de grande número de autoridades, convidados especiais, intelectuais, jornalistas, artistas do Nordeste e do Sul do País (entre eles Mário Pedrosa, Ziraldo, Roberto Pontual e Aluísio Beupenmueller, para citar somente quatro) [...]” (O NORTE, 1979).

A estratégia funcionou e em 20 de fevereiro, sete dias após a abertura, Roberto Pontual escreve no Rio de Janeiro uma extensa matéria no Jornal do Brasil, um dos mais importantes do período, a respeito do Núcleo. Com relação a criação do NAC/UFPB e a atuação de Cavalcanti a frente da UFPB, Pontual afirmou

primeiramente, desloca o eixo de ativação de novas atitudes e linguagens artísticas até uma região ainda mais refratária do que propicia a elas. Assim, já não se deixa intacto com o Rio e São Paulo [...] o privilégio de uma velha e compacta hegemonia do sentido da experimentação, entre nós. Em segundo lugar, a célula emergente compromete o mecanismo universitário que a recebe na prática de um projeto alternativo, cuja vontade maior é suprir lacunas armadas por outros circuitos de arte [...] nesse país. [...] Em três anos, o jovem reitorado informal de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque conseguiu minimizar bastante o ranço de alheamento e retórica que ainda tipifica o geral da nossa estrutura universitária, inclusive nas unidades maiores (PONTUAL, 1979).

Assim como a exposição de Antonio Dias muitas outras foram fomentadas pelo Núcleo, que promoveu entre 1979 e 1985 exposições de artistas como Tunga, Cildo Meireles, Anna Maria Maiolino, Paulo Klein, Hudnilson Júnior, Paulo Bruscky, 3NÓS3, Jota Medeiros, Marcelo Nietzsche, Paulo Roberto Leal, Falves Silva, Artur Barrio, Leonhard Franch Duch, Vera Chaves Barcellos, Rubens Gerchman, Miguel Rio Branco, dentre muitos outros.

A autonomia e apoio concedidos ao NAC pela UFPB possibilitaram que o Núcleo desenvolvesse uma concepção museológica pioneira que enfocava não apenas a divulgação, mas principalmente a pesquisa, produção e mediação em arte contemporânea. Nesse sentido o Núcleo procurou se consolidar, enquanto entidade museológica, a partir da tríade – pesquisa – produção – e ensino em arte contemporânea. A partir dessa concepção inovadora no Nordeste e no Brasil, o Núcleo passou a atuar simultaneamente na promoção de novas mídias nas ‘artes plásticas’ (arte postal, arte xérox, livro de artista, filme de artista, vídeoarte, instalações, intervenções, exibição de fotografia como arte), na inserção da arte contemporânea na Paraíba e na mediação junto ao grande público. Desse modo, o NAC/UFPB foi palco, não apenas de discussões sobre os caminhos da arte experimental no Brasil, como propiciou, em João Pessoa, um ambiente favorável à investigação de novos

materiais e linguagens, experiências práticas e convivência em ateliê para jovens artistas, chegando a ser considerado pelo crítico de arte Roberto Pontual (1979, p. 26) como “um dos raros organismos de fato operativos fora do eixo Rio-São Paulo”.

O declínio do NAC/UFPB

Em 1980 Lynaldo Albuquerque finaliza seu reitorado na UFPB e assume a presidência do CNPq em Brasília, nesse mesmo ano Paulo Sérgio Duarte assume o Instituto Nacional de Artes Plásticas da FUNARTE. Com a saída de Duarte o NAC perde o seu mentor intelectual e juntamente com Antonio Dias seu maior divulgador junto a artistas e instituições nacionais. Já com a saída de Albuquerque da Reitoria sistematicamente o Núcleo vai perdendo o apoio “dos reitorados que sucederam ao de Dr. Lynaldo Cavalcanti” (CORDULA, 2004, p. 20).

Nesse momento o país estava sob a gestão de João Figueiredo, último militar à frente da presidência. Como reflexo da crise do petróleo (em 1979) e do fim do II Plano Nacional de Desenvolvimento as possibilidades de expansão econômica ficaram restritas. Nesse sentido, o período compreendido entre 1980-1985 é “apontado como sendo o início da crise de planejamento no Brasil” (MUNIZ, 2008, p. 136), com o Estado apresentando “sinais de endividamento colocando o planejamento econômico em descrédito” (MUNIZ, 2008, p. 142). A crise econômica produziu efeitos negativos também no orçamento das universidades. Em 1981 são abundantes os Ofícios e Portarias com restrições orçamentárias e/ou limitações de recursos financeiros dirigidos aos núcleos de extensão subordinados a PRAC¹⁰. Nesse sentido, a UFPB, já em 1980, passa a exercer “maior controle nos projetos e convênios” no intuito de “facilitar melhor o fluxo de informações entre a PRAC e os diversos setores que a compõe, bem como os órgãos financiadores”, passando a ser obrigatório que “todos os projetos e convênios” fossem “examinados pela Assessoria de Planejamento” da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários¹¹.

A partir de 1982 com as primeiras eleições diretas para governos estaduais depois do golpe de 1964 se por um lado ocorreu o fortalecimento da área cultural devido à criação de secretaria de culturas nos Estados desligadas das de Educação, por outro, temos com Aloísio Magalhães na direção da Secretaria da Cultura, a ênfase na vertente patrimonial. Ocorre então a valorização da cultura popular como a verdadeira arte representativa da

¹⁰ Ver, por exemplo, PORTARIA R/GR Nº 025/81, de 20 Ago. 1981, sobre suspensão de concessão de passagens aéreas e diárias para professores e servidores. Ou ainda o Ofício PRAC/OF. Nº 403/81, de 22 Set. 1981, sobre a suspensão de concessão de diárias.

¹¹ OFÍCIO DA PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS Nº 16/80. Do Pró-Reitor para Assuntos Comunitários ao Prof. Raul Córdula. Assunto: Comunicação da implantação da Assessoria de Planejamento da PRAC. João Pessoa, 12 de maio de 1980.

identidade nacional (BOTELHO, 2000). Assim sendo, “a questão da produção cultural contemporânea e os inúmeros problemas que vão se associando à cadeia ‘produção, circulação e consumo’ pouca atenção tiveram [...]” (BOTELHO, 2000, p. 107), sendo relegadas a um espaço secundário na política de Aloísio Magalhães.

Como conseqüência dessa nova política pública de cultura o aumento da demanda por apoio a projetos externos na Funarte foi acompanhado de uma progressiva diminuição de verbas, provocando o estabelecimento de critérios e prioridades mais rigorosos para a aprovação dos projetos. Com relação às universidades foi percebido que a autonomia da área de extensão com relação às demais áreas favorecia a execução de ações que muitas vezes já estavam sendo desenvolvidas em outros setores da universidade, e que podiam ser oferecidas, independente dos recursos da Funarte (BOTELHO, 2000). Desse modo, a Funarte,

abandonando o velho estilo de “balcão” de demandas, passou a exigir das universidades candidatas a financiamento um Plano Diretor de Cultura, com o objetivo de fazê-las refletir sobre suas propostas, evitando duplicações, iniciativas de pouca conseqüência, explicitando metas a alcançar e integrando efetivamente ensino e extensão (BOTELHO, 2000, p. 140).

Na UFPB, como reflexo do contexto exposto, é constituído um grupo de trabalho a fim de “realizar um estudo minucioso da atual estrutura da Pró-reitoria para Assuntos Comunitários, analisando a funcionalidade de cada Setor, inclusive Núcleos [...]”¹².

A partir desse momento percebemos uma diminuição e atraso sistemáticos dos recursos enviados pela Funarte Como podemos constatar no Relatório de Atividades do NAC enviado à Funarte em 1982:

O Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB-NAC, cumpriu em 1982 parte da sua programação nas áreas da Pesquisa, do Ensino e da Extensão. Foram realizados vários eventos referentes às diversas atividades propostas para o ano, não tendo sido possível, no entanto o cumprimento do PU haja visto (sic) que os recursos não chegaram a tempo de serem aplicados como estavam programados [...] (PEREIRA JÚNIOR, 1982)

E o comprometimento das atividades realizadas no Núcleo, que cai de vinte exposições em 1979 para aproximadamente seis já em 1981 e menos de cinco em 1985¹³. A própria Universidade a partir de 1982 passa a receber do MEC recomendações especiais para a contenção de despesas:

¹² PORTARIA INTERNA Nº 16/83. Emitida pela Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários da UFPB. Constitui e delega poderes ao Grupo de Trabalho que estudará a estrutura da PRAC. João Pessoa, 11 de Abr 1983.

¹³ Informações obtidas a partir da análise dos Relatórios de Atividades do NAC no período de 1979-1985, disponíveis no acervo do NAC/UFPB.

[...] 2. É do seu conhecimento a situação difícil que vem atravessando, sobretudo nos últimos dois anos, a vida econômica do país, [...] e, como natural decorrência, a rigorosa política de contenção das despesas públicas destinadas a compor a reversão do processo. [...] 8. As dotações orçamentárias consignadas a esse órgão ou entidade devem – a despeito de hábito anterior decorrente de freqüentes suplementações orçamentárias – tornar-se o referencial básico do planejamento e da sua gestão, como todas as conseqüências que essa mudança indispensável acarreta. 9. É necessário reverter, de imediato, expectativas talvez já presentes, de novos créditos suplementares. A propósito, cabe transcrever o que diz sobre matéria o Decreto Nº 86.794, de 28 de dezembro p.p., cujo reexame recomendamos: “Os órgãos integrantes do Sistema Orçamentário deverão abster-se da solicitação de créditos adicionais para realização de despesas diversas daquelas com Pessoal e Encargos Sociais” (Art. 23, § 1º). [...] ¹⁴

Como conseqüência da falta de recursos e o completo descaso da UFPB, em 1985 houve o fechamento provisório do NAC/UFPB por conta do precário estado de suas instalações e da falta de recursos para a sua manutenção. A ligação com o Departamento de Artes foi se tornando cada vez mais tênue e a própria Universidade não demonstrou interesses em estipular uma dotação orçamentária que permitisse a manutenção do Núcleo como um espaço permanente de pesquisa e produção em arte, além do completo descaso com o um acervo que apesar de ter sofrido grandes desfalques ao longo dos anos se mantém como rica fonte de pesquisa da arte conceitual e do experimentalismo na arte brasileira no final da década de 70.

À luz do exposto podemos afirmar que os dados empíricos trabalhados referentes à criação do NAC apontam na direção de corroborar a hipótese formulada na introdução deste estudo. Não há dúvidas que a criação do NAC ocorre a partir de uma demanda da política cultural do governo Geisel e como tal, a partir do momento em que essa política se modifica, e passa a assumir outros interesses, a manutenção do Núcleo como vinha acontecendo deixa de fazer sentido. Soma-se a essa questão a ausência de lideranças capazes de viabilizar o Núcleo por outras vias, como bem notou Antonio Dias, “depois que o Paulo Sérgio Duarte saiu, esse Núcleo de Arte Contemporânea ficou praticamente morto durante sete ou oito anos. Ultimamente, eles voltaram a reabrir [...] mas tudo depende de vontade política, não há dinheiro nem liderança ¹⁵”.

Também fica evidenciada como a criação do NAC/UFPB estava em completa consonância com as diretrizes da Política Nacional de Cultura e surge a partir de uma demanda do Ministério da Cultura e Educação, que tinha nas universidades federais

¹⁴ OFÍCIO DO SECRETARIO GERAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 018/82. De Sérgio Mário Pasquali, Secretário Geral do MEC, ao Prof. Berilo Ramos Borba, Reitor da UFPB. Assunto: recomendações especiais para contenção de despesas à Conta de recursos do Tesouro. Brasília, 31 de maio de 1982. 3f.

¹⁵ DIAS, 2010, p. 30.

brasileiras um importante aliado para implementação de sua política pública de cultura nos anos 70.

Por fim, resta dizer que sem o respaldo e legitimação das políticas públicas de cultura e, conseqüentemente, sem o apoio financeiro da Funarte e da própria universidade, o NAC a partir de 1985 embora nunca tenha deixado de funcionar se modificou em relação ao projeto inicial, limitando suas atividades a eventuais exposições de arte. A partir de meados de 2007, o NAC/UFPB foi oxigenado com uma nova coordenação que vem paulatinamente retomando sua a proposta inicial. Nesse sentido, mesmo sem o apoio da universidade e do departamento de artes visais da UFPB, o Núcleo tem conseguido aprovar projetos em editais públicos de fomento à produção cultural e tem conseguido oferecer dinâmicas de fomento à pesquisa, produção e atividades crítico-reflexivas voltadas às artes visuais, demonstrando que “a cultura [arte] pertence a um desses setores que necessitam de estímulo governamental para [não só] conseguir seu impulso” (CESNIK, 2003, p. 99), mas também para se consolidar.

Referências

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti. (*lynaldocavalcanti@gmail.com*). Entrevista concedida a Fabricia Cabral de Lira Jordão [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por fcljordao@yahoo.com.br em 30 jun. 2010.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti.. Entrevista concedida a Nancy Muniz. IN: MUNIZ, Nancy A. Campos. *O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975-1995)*. 370 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 136-149.

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e política cultural (1976-1990)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: MEC, 1975.

CESNIK, 2003, p. 99 CESNIK, F. S. “Incentivo público à cultura” In: BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas Culturais*. São Paulo: Manole, Vol. 1, 2003.

CÓRDULA, Raul. A experiência renovadora do NAC no campo da extensão universitária. In: GOMES, Dyógenes Chaves (Org.). *Núcleo de Arte Contemporânea da Paraíba/NAC*. Rio de Janeiro: Funarte, 2004. p. 13-20.

DIAS, Antonio. Depoimento concedido a Roberto Conduru. In: CONDURU, Roberto; RIBEIRO, Marília André (Orgs.). *Antonio Dias: depoimentos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2010.

MICELI, Sergio. O Processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 53-84.

MUNIZ, Nancy A. Campos. *O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975-1995)*. 370 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Vanderli Maria. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. 2001. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

O NORTE. Inaugurado o Núcleo de Arte Contemporânea. *Jornal O Norte*. João Pessoa, 14 fev. 1979.

PEREIRA JUNIOR, Francisco. *Atividades Realizadas em 1982*. João Pessoa: Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba, 1982. 3 p. Relatório.

PONTUAL, Roberto. Tempo de fotografia. *Revista Ele e Ela*. Rio de Janeiro, Jun. 1980.

PONTUAL, Roberto. Um Núcleo fora do núcleo (ou como ativar longe do eixo). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1979. Caderno B, p. 25-26.